



APRESENTAÇÃO

POLÍTICAS E PRÁTICAS CURRICULARES

Para a educação formal brasileira, o início deste século XXI configura-se como um tempo de reformas e de desdobramentos de reformas educacionais intensificadas ainda na década de 1990. Esta condição contribui para que se torne desafiador falar sobre práticas curriculares sob o olhar das políticas públicas educacionais, principalmente por considerar que a implementação de novas políticas neste setor, que se revelam padronizadoras, não estão assegurando mudanças efetivas nas práticas curriculares, e nem mesmo, avanços em relação a melhorias na qualidade da educação escolar.

Esta dificuldade para se materializar na prática o que emanam das políticas educacionais pode estar associada tanto a forte característica padronizadora, quanto por não ter presente o que Ivor F. Goodson em sua obra **As políticas de currículo e de escolarização**, referencia como o processo de desenvolvimento e mudança pessoal. Ou seja, as reformas educacionais que afetam sobremaneira os currículos escolares, geralmente não contêm mecanismos que promovam mudanças no desenvolvimento pessoal dos profissionais que atuam na educação, podendo ocasionar distanciamentos entre as proposições do mundo oficial e as práticas do mundo real.

Neste sentido, não é demais lembrar que as políticas curriculares, que integram as políticas educacionais, que numa perspectiva mais ampla são constitutivas das políticas sociais, podem ser entendidas como um conjunto de leis, regulamentações, normatizações que definem tanto a formação escolar básica, quanto a formação superior, ofertadas nas mais diversas instituições educacionais, e que seus processos de elaboração e implementação se dão imbricados no contexto da realidade social mais ampla. E as mesmas, embora tenham um caráter específico, são afetadas sobremaneira por movimentos globais através de políticas de organismos internacionais orientadas pela supremacia do mercado capitalista contemporâneo, que impõe um novo prisma para a educação: a educação como mercadoria, como serviço, sendo regulada pelo próprio mercado em contraposição à perspectiva de educação como direito social; e por movimentos locais através de políticas de Estado e de governos.

No Brasil, as instâncias de decisão política e administrativa relativas aos currículos da educação básica e superior, podem ser entendidas considerando tanto uma dimensão macro que compreende órgãos governamentais¹ das três esferas – federal, estadual e municipal – constitutivas da estrutura político-administrativa do país, com funções executivas, normativas, deliberativas e avaliativas, quanto micro, que compreende instituições educacionais, sindicatos, associações, projetos pedagógicos e práticas de escolarização que atuam primeiramente como agentes modeladores dos currículos, mas também interferem, embora de forma ainda incipiente, na proposição e a elaboração de políticas junto às instâncias macro.

Em relação as práticas curriculares, elas podem ser entendidas como, levar a efeito um plano de aula, um projeto educacional, um propósito curricular, construído a partir de políticas curriculares. Entretanto, podem expressar processos arquitetados a partir de níveis superficiais de consciência, até ações reflexivas e críticas acerca de seus significados.

Quando práticas curriculares são construídas a partir de níveis reflexivos e críticos, tem-se mais presente a perspectiva de desencadear processos de desenvolvimento e mudança pessoal, que não necessariamente, mas, podem promover tanto aproximações, ou até mesmo materializações de políticas curriculares expressas oficialmente. Ou seja, são potencialmente geradoras de mudanças.

Com este entendimento, pode se inferir fundamentando-se na obra de José Augusto Pacheco **Políticas curriculares: referenciais para análise**, que políticas curriculares são ao mesmo tempo, processos e produtos, pois, há um movimento contínuo entre as proposições construídas em instâncias normativas e deliberativas de instâncias macro e os movimentos desencadeados a partir de práticas curriculares desencadeadas em instâncias micro.

Esse movimento contínuo, apontado por Pacheco, também é alimentado pelo distanciamento entre as proposições curriculares expressas oficialmente - diretrizes curriculares nacionais, referencias curriculares, projetos pedagógicos - e as práticas curriculares concretizadas por professores. Ou seja, por não assegurar efetivamente mudanças, torna-se passível de reformulações, nutrindo esse movimento.

As práticas curriculares também podem ser explicadas fundamentando-se em José Gimeno Sacristán, quando esse discute o nível do currículo em ação. Para este teórico da área, o currículo em ação compreende a concretização de tarefas e/ou atividades planejadas por professores a partir de esquemas teóricos e práticos. Ou seja, as práticas curriculares tanto

¹ Os principais órgãos são: Ministério da Educação – MEC, Conselho Nacional de Educação – CNE, Secretarias de Estado de Educação, Conselhos Estaduais de Educação, Secretarias Municipais de Educação e Conselhos Municipais de Educação.

podem ultrapassar os propósitos manifestos oficialmente, avançando para inovações e mudanças, quanto podem não atendê-los, ficando aquém das prescrições. Isto porque, as práticas reais acontecem a partir de saberes práticos, do estabelecimento de fundamentações teóricas destes saberes e da análise e questionamentos das condições reais em que ocorre essa prática.

São essas condições que também participam do desenvolvimento e mudanças pessoais dos professores que pode ser entendido como sujeito, que profissionalmente deve saber manejar com a complexidade do cotidiano escolar, com os fundamentos que o influenciam e com os processos educativos, tanto individuais como coletivos que exigem domínio do conhecimento e de técnicas para desenvolver tais processos, a partir de tarefas e/ou atividades escolares, planejadas e desenvolvidas com habilidades investigativas e reflexivas.

Com esta orientação, entendemos que para amenizar o distanciamento entre políticas curriculares, decorrentes de políticas educacionais, e práticas curriculares materializadas em ações docentes, se vislumbra processos de formação inicial de professores e de sua profissionalização. Tais intervenções têm potencialidade para atenuar, ou quiçá, extirpar do mundo da escola práticas orientadas por níveis superficiais de consciência e intensificar ações reflexivas e críticas.

Entretanto, a formação de professores também é um processo complexo. Dá-se inicialmente em cursos superiores de licenciatura, complementados por ações de formação continuada ou até mesmo em programas de pós-graduação, porém, na educação brasileira existe uma diversidade de cursos e instituição que formam professores resultando em formações densas e bem orientadas, bem como em formações aligeiradas e superficiais. Este indicativo implica no processo de profissionalização que para assegurar aperfeiçoamento deve congrega-se para o eixo de práticas reflexivas e críticas podendo resultar em estudos e análises do ato de ensinar, revelando o conjunto das questões educativas que envolvem desde as rotinas escolares simples, até as questões teóricas e metodológicas.

Como já foi observado em outro momento, para possibilitar aos futuros professores um saber fazer prático reflexivo, nos níveis e nas áreas do currículo que irão trabalhar, a formação deve também provocar o estabelecimento de uma fundamentação desse saberes práticos tanto para justificar e analisar sua prática e quanto para analisar e questionar as condições que as delimitam. Para tanto, é necessário expressar sensibilidade às condições histórico-sociais da existência dos sujeitos envolvidos na educação. Logo, o processo de profissionalização e de aperfeiçoamento da prática está condicionado a formação inicial e

continuada, por conseguinte, a materialização de políticas curriculares às práticas curriculares desencadeadas nas instituições escolares.

A partir de tais considerações, é possível afirmar que para desenvolver pesquisas, estudos e reflexões acerca de políticas e práticas curriculares torna-se apropriado entendê-las como processo, pois, extrapolam o prescritivo, são construídas, definidas, expressadas, materializadas e questionadas na prática cotidiana dos sujeitos que delas participam legitimando e atribuindo significados. Portanto, são complexas e se constituem elementos chave na ocorrência de reformas e mudanças educacionais.

E é esta complexidade envolvendo políticas curriculares, práticas educativas, processos formativos que ao ser envolvida em processos históricos determinados, tomam configurações distintas, com resultados igualmente diversificados, que este número da **REP's** ilustra através dos artigos aqui editados. Complexidade esta, que nos leva a reflexão tanto sobre o momento em que vivemos, naquilo que diz respeito a realidade educacional, quanto as perspectivas de construção de novas práticas que questionam estruturas mantenedoras de uma educação que não interessa a maioria da população.

Claudete Inês Scroczyński

Coordenadora do Curso Licenciatura em Pedagogia

UNEMAT - *Campus* de Sinop.

Sinop - MT, 19 de novembro de 2014.